



MUNICÍPIO DE VIMIOSO

PRESENTE NA REUNIÃO
ORDINÁRIA

05 MAIO 2014

DELIBERAÇÃO:

*Deliberação aprovada, subordinada
à apreciação pública e posteriormente
à aprovação da Assembleia Municipal.*

CÂMARA MUNICIPAL

Polka

Proposta de alteração ao
REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO
AOS ESTUDANTES DO ENSINO SECUNDÁRIO E ENSINO SUPERIOR

Decorridos dois anos sobre a entrada em vigor do Regulamento Municipal de Apoio aos Estudantes do Secundário e Ensino Superior, importa proceder à sua alteração.

Pretende – se com a alteração proposta permitir a diferenciação dos candidatos em função das condições sócio económicas, evitando desigualdades na atribuição da bolsa de estudo.

Pretende – se, ainda, permitir aos estudantes que formulem o pedido independentemente do momento em que efetuaram da matrícula.

Pela presente são alterados os artigos 3º e 6º do Regulamento municipal de apoio aos estudantes do ensino secundário e ensino superior, os quais passarão a ter a seguinte redação:

Artigo 3º
Bolsa de estudo

- 1.
- 2.
3. A bolsa de estudo para o ensino superior é uma prestação pecuniária que corresponde ao valor total ou parcial da propina anual a pagar pelo requerente.
- 4.
- 5.
- 6.



Artigo 6º
Pedido de apoio

1.

a)

b)

2. O pedido de apoio ao abrigo do presente regulamento é formalizado mediante o preenchimento do boletim de candidatura respetivo, devendo ser acompanhado pelos documentos abaixo indicados e relativos ao ano letivo em curso:

- a) Cópia do Cartão de Cidadão ou de bilhete de identidade;
- b) Cópia do cartão de identificação fiscal;
- c) Declaração de residência emitida pela respetiva Junta de Freguesia onde conste igualmente o número de elementos que compõem o agregado familiar;
- d) Cópia do plano de estudos do curso superior que frequenta;
- e) Documento comprovativo da matrícula do ano letivo em curso;
- f) Documento comprovativo da matrícula de outros elementos do agregado familiar, se for o caso;
- g) Declaração de IRS / IRC relativa ao ano anterior;
- h) Recibos de vencimento dos elementos do agregado familiar, a quem tal se aplique;
- i) Documento da Segurança Social comprovativo das pensões e/ou subsídios que abonem o agregado;
- j) Recibo da renda da habitação onde reside o agregado familiar ou documento comprovativo dos encargos com o empréstimo bancário referente à aquisição de habitação própria;
- l) Outros documentos que o candidato julgue necessários à apreciação da candidatura.

Vimioso 2014-05-05

O Presidente da Câmara



REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AOS ESTUDANTES DO ENSINO SECUNDÁRIO E ENSINO SUPERIOR

O direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar, consagrado constitucionalmente, constitui princípio fundamental que as autarquias devem prosseguir.

Deve ser garantido a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística.

O Município de Vimioso, considerando como prioridade a necessidade de orientar e apostar nas gerações jovens do concelho pretende, com o presente regulamento, apostar e estimular a formação, realização pessoal e profissional, promovendo o desenvolvimento social e cultural bem como crescimento económico do concelho.

Consciente das dificuldades económicas que afetam alguns agregados familiares, a que acresce o fenómeno da interioridade, que continua a ser gerador de desigualdades sociais, e no sentido de permitir igualdade de oportunidades, pretende o Município de Vimioso, com o presente regulamento, proporcionar, aos jovens social e economicamente desfavorecidos, a possibilidade de aceder ou prosseguir os seus estudos no ensino secundário e superior.

Neste contexto, a Câmara Municipal de Vimioso estabelece e submete a aprovação as regras para a atribuição de apoios aos estudantes do ensino secundário e superior do concelho de Vimioso.

O presente Regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos e para os efeitos previstos na alínea d) do n.º 4 do artigo 64.º e alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5 – A/2002 de 11 de Janeiro e de acordo com artigo 13.º, n.º 1, alínea d), da Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro.

Capítulo I Generalidades Artigo 1.º Objeto

1 - O presente regulamento estabelece as normas de atribuição de bolsas de estudo a alunos economicamente carenciados, residentes no Concelho de Vimioso e que ingressem ou frequentem estabelecimentos de ensino superior público, particular ou cooperativo devidamente homologados.

2 – Este diploma rege, ainda, o apoio a conceder aos estudantes economicamente carenciados matriculados no ensino secundário público.

2



Artigo 2º
Âmbito

1. São abrangidos pelo presente regulamento todos os estudantes que estejam nas condições referidas no artigo anterior e que cumpram as demais condições previstas no presente diploma.
2. Considera-se curso superior para efeitos do artigo anterior, o curso superior ministrado em estabelecimento de ensino superior, devidamente homologado pela entidade competente para o efeito.
3. O número anterior abrange, designadamente, os estudantes inscritos em ciclos de estudos conducentes à obtenção de licenciatura ou de mestrado, este último quando integrado de acordo com o processo de Bolonha.
4. O presente diploma aplica-se, ainda, aos estudantes do ensino secundário público, cujo agregado familiar tenha residência habitual no concelho de Vimioso.

Capítulo II
Definições
Artigo 3º
Bolsa de estudo

1. Beneficiam da atribuição de bolsa de estudo os estudantes economicamente carenciados que, nos termos do presente regulamento, demonstrem mérito, dedicação e aproveitamento escolar.
2. O apoio destinado aos alunos do ensino secundário visa custear as despesas em transporte coletivo, material e livros escolares e alojamento em residência de estudantes.
3. A bolsa de estudo para o ensino superior é uma prestação pecuniária que corresponde ao valor da propina a pagar pelo requerente.
4. Ao requerente do ensino superior poderá, ainda, ser atribuída uma prestação pecuniária até 20% da Retribuição Mínima Mensal Garantida, conforme rendimento per capita do agregado familiar e referente a 9 meses que correspondem ao ano letivo a pagar mensalmente pelo Município, para fazer face a outras despesas como alojamento, alimentação, transporte e material escolar, podendo a bolsa ter caráter de complementaridade em relação a outras.
5. A Câmara Municipal procede ao pagamento do valor da propina diretamente ao estabelecimento de ensino.
6. O montante das bolsas de estudo pode ser alterado por deliberação da Câmara Municipal.

2



Artigo 4º Rendimento do agregado familiar

1. O rendimento anual do agregado familiar do estudante é composto pelo conjunto de proveitos que a qualquer título é posto disposição do mesmo, no ano civil anterior ao do início do ano letivo;

2. O rendimento constante do número anterior poderá ser corrigido com base nos proveitos do agregado familiar no ano civil em que é apresentado o requerimento de atribuição de bolsa de estudo, deduzidos, se for caso disso, os encargos resultantes de:

a) Encargos anuais com a habitação, nomeadamente despesas com o arrendamento da habitação ou com o pagamento do empréstimo para aquisição da habitação própria e permanente do agregado familiar;

b) Encargos com a saúde de qualquer dos membros do agregado familiar que possa influenciar o rendimento.

Capítulo III Condições e acesso

Artigo 5º Admissibilidade

1. As condições de admissão dos pedidos de apoio são as seguintes:

a) Estudantes que não disponham, por si ou pelos responsáveis pela sua educação, dos meios económicos suficientes para custearem os encargos correspondentes aos seus estudos;

b) Residência do agregado familiar no Concelho de Vimioso;

c) Não possuir outro curso do ensino superior.

Artigo 6º Pedido de apoio

1. Têm legitimidade para apresentar o pedido de apoio:

a) O estudante, quando for maior de idade;

b) O encarregado de educação do estudante, quando este for menor.

2



2. O pedido de apoio ao abrigo do presente regulamento é formalizado até 31 de Outubro, mediante o preenchimento do boletim de candidatura respectivo, devendo ser acompanhado pelos documentos abaixo indicados e relativos ao ano lectivo em curso:

- a) Cópia do bilhete de identidade;
- b) Cópia do cartão de identificação fiscal;
- c) Declaração de residência emitida pela respectiva Junta de Freguesia onde conste igualmente o número de elementos que compõem o agregado familiar;
- d) Cópia do plano de estudos do curso superior que frequenta;
- e) Documento comprovativo da matrícula do ano lectivo em curso;
- f) Documento comprovativo da matrícula de outros elementos do agregado familiar, se for o caso;
- g) Declaração de IRS / IRC relativa ao ano anterior;
- i) Recibos de vencimento dos elementos do agregado familiar, a quem tal se aplique;
- j) Documento da Segurança Social comprovativo das pensões e/ou subsídios que abonem o agregado;
- m) Cópia do número de identificação bancária (NIB) do próprio ou, tratando-se de menor de idade, do encarregado de educação;
- n) Recibo da renda da habitação onde reside o agregado familiar ou documento comprovativo dos encargos com o empréstimo bancário referente à aquisição de habitação própria;
- o) Outros documentos que o candidato julgue necessários à apreciação da candidatura.

4. No caso do requerente ter dificuldades em apresentar quaisquer dos documentos acima referidos, à exceção do boletim de candidatura, poderá fazê-lo durante os dez úteis seguintes ao termo do prazo.

Artigo 7º Critérios de atribuição

1. O rendimento mensal *per capita* do agregado familiar do candidato ser inferior à retribuição mínima mensal garantida, em vigor à data da entrega da candidatura.

Artigo 8º Análise do pedido de apoio

1. Os pedidos de apoio são analisadas pelo Gabinete de Ação Social da Câmara Municipal de Vimioso que realizará a análise sócio económica do agregado familiar, com base na documentação apresentada e em entrevista.

2. O Relatório devidamente fundamentado é submetido à apreciação e deliberação da Câmara Municipal.

2



Capítulo IV
Direitos e deveres
Artigo 9º
Renovação da bolsa

1. O presente regulamento não contempla a renovação subsequente da bolsa de estudo atribuída no ano anterior.
2. Todos os interessados deverão proceder, anualmente, à apresentação de candidatura nos termos do presente regulamento.

Artigo 10º
Dos bolseiros

1. São deveres dos bolseiros:
 - a) Prestar todos os esclarecimentos e fornecer todos os documentos que forem solicitados pelo Município, através dos seus serviços, no âmbito do presente regulamento;
 - b) Comunicar, ao Município, a interrupção dos estudos quando tal situação se verifique;
 - c) Participar, ao Município, todas as alterações supervenientes e qualquer circunstância que possa influir nas condições de acesso, posteriormente à atribuição da bolsa de estudo, relativas à sua situação económica, agregado familiar, residência ou curso;
 - d) Comunicar, ao Município, a atribuição e o montante da bolsa ou subsídio por parte de outra entidade e apresentar o respetivo comprovativo, de forma a ser reavaliada a situação pela comissão de análise.
2. Têm ainda os candidatos o dever de colaborar com o Município, nas áreas de intervenção deste, sempre que para isso seja solicitada a sua participação.
3. São áreas de intervenção do Município, para efeitos do disposto no número anterior, as seguintes:
 - a) Educação;
 - b) Intervenção social;
 - c) Turismo;
 - d) Património e cultura;
 - e) Ambiente e Protecção Civil;
 - f) Desporto e tempos livres;
 - g) Outras áreas de interesse social e comunitário.

Artigo 11º
Direitos do município

2



1. O Município pode, sempre que o entender necessário, solicitar às entidades intervenientes, nomeadamente Freguesias e Estabelecimentos de Ensino, a confirmação dos dados apresentados e homologação dos cursos indicados.

2. O não cumprimento pelo bolseiro do disposto no presente regulamento ou a confirmação da prestação de falsas declarações origina a suspensão da bolsa e a reposição das importâncias recebidas.

Artigo 12º Cessação da bolsa de estudo

1- Constituem causas da cessação imediata da bolsa de estudo:

- a) A prestação por inexactidão ou omissão de falsas declarações pelo candidato ou pelo seu encarregado de educação;
- b) O não cumprimento do disposto no artigo 11º n.º 2.º;
- c) Alteração da condição sócio-económica do agregado familiar;
- d) Não aproveitamento escolar do estudante no ano letivo anterior ao pedido da bolsa de estudo (caso não se trate da 1ª matrícula no 1º ano curricular do plano de estudos ou no 1º ano do ensino secundário), exceto por motivo de doença prolongada ou qualquer outra situação considerada fundamentada, desde que devidamente comprovadas e participadas em tempo oportuno ao Município;
- e) A interrupção da frequência do curso;
- f) Mudança de residência do agregado familiar para fora do concelho;

Capítulo V Disposições finais Artigo 13º Situações especiais não previstas

1 - As situações sócio económicas especialmente graves que ocorram ao longo do ano letivo, são objecto de apreciação e decisão pela Câmara Municipal.

Artigo 16º Omissões ou dúvidas

Em caso de omissão ou dúvidas emergentes do presente regulamento, e de casos excepcionais, as mesmas serão analisadas e decididas, por deliberação da Câmara Municipal.

Artigo 17º (Entrada em vigor)

O presente regulamento entra em vigor após a sua aprovação em Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

Vimioso, 10 de Setembro de 2012

O Presidente da Câmara Municipal

João Santos Rodrigues